

Assembleia Municipal da Ribeira Brava

Ata Nº 02/2013



Reunião Extraordinária da Assembleia Municipal

Quatro de novembro de dois mil e treze

-----Ao quarto dia do mês de novembro de dois mil e treze reuniu-se a Assembleia Municipal da Ribeira Brava, no edifício dos Paços do Município, sob a presidência de João Luís Drumond Henriques, estando ainda presentes Sílvia Maria Almada Abreu como primeira secretária e João Abreu Gomes como segundo secretário.-----

-----Estiveram presentes pelo Partido Social-Democrata: José Armino Pereira Pestana, Teresa Maria Corte Gonçalves, Domingos Sousa Andrade, José Jorge Fernandes Ornelas, Jeannete Ferreira Santos, Horácio Ramos Ferreira, Carlos Ramos Andrade e José Gilberto Abreu Andrade. Pelo Partido Socialista: Catarina Jesus Silva Almeida, Fábio Nelson Faria Santos, Libardo Juan Sousa Pereira e Graça Maria Fernandes Freitas. Pelo Partido Popular: Ilídio Faria Almada, Luís Alberto Almada Pestana, Adelina Abreu Rodrigues, Telmo Ricardo Marques de Freitas e Marco Nuno Correia Martins. Pelo Partido Trabalhista Português: Marco Nuno da Luz das Almas.-----

-----Como representantes das Juntas de Freguesia estiveram presentes os senhores João Batista Pereira Silva, Emanuel Higinio Fernandes, Jorge Manuel Faria Santos e Vítor Francisco Gomes de Abreu.-----

-----Estiveram ainda presentes o senhor Presidente Ricardo Nascimento, o senhor Vice-Presidente Marcelino Pereira, a senhora Vereadora Natália Rodrigues, o senhor Vereador Rui Gouveia, o senhor Vereador Carlos Gonçalves e o senhor Vereador Rafael Sousa.-----

-----Pelas quinze horas e cinquenta minutos, o Senhor Presidente da Assembleia, verificando a existência de quórum, declarou aberta a sessão para a qual tinha sido agendada a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----Ponto um – Discussão e votação da proposta de ocupação dos lugares pelos membros da assembleia municipal da Ribeira Brava no mandato dois mil e treze- dois mil e dezassete.-----

-----Ponto dois – Discussão e votação da proposta de revisão do Regimentos da assembleia municipal da Ribeira Brava.-----

-----Ponto três – Discussão e votação do Presidente de Junta em representação da Juntas de Freguesia do concelho da Ribeira Brava que participará no XXI congresso da ANMP.-----

-----Ponto quatro – Discussão e votação dos representantes da assembleia municipal da Ribeira Brava na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho da Ribeira Brava.-----

Ponto cinco – Discussão e votação da proposta da terceira revisão ao orçamento do

X

Município da Ribeira Brava.-----
-----Ponto seis – Discussão e votação da proposta da segunda revisão do plano plurianual de investimentos do Município da Ribeira Brava.-----
-----Ponto sete – Discussão e votação da proposta da primeira revisão do plano plurianual de investimentos do Município da Ribeira Brava.-----
----- O Presidente da Assembleia deu a tomada de posse à deputada do PS, Catarina Almeida.-----
-----De seguida procedeu-se à votação da ata número um de dois mil e treze, tendo sido aprovada por maioria, registando-se três abstenções, uma do PS, uma do CDS e uma do PTP.-----
-----Depois o Sr. Presidente da Assembleia informou que os Senhores Vereadores Marcelino Pereira, Rui Gouveia e Natália Rodrigues informaram a Assembleia Municipal que exercem funções, noutras instituições, de modo não renumerado.-----
-----O período da Ordem do Dia teve início às quinze horas e cinquenta e cinco minutos.-----
-----Ponto um - Discussão e votação da proposta de ocupação dos lugares pelos membros da assembleia municipal da Ribeira Brava no mandato dois mil e treze- dois mil e dezassete.-----
-----Chegaram à mesa duas propostas para a ocupação dos lugares na assembleia municipal. A primeira proposta entregue pela própria mesa que foi designada de proposta A, e a segunda proposta apresentada pelo grupo municipal do PS, designada de proposta B.-----
-----O Senhor deputado Domingos Andrade interveio declarando que o grupo municipal do PSD votaria na proposta A, apresentada pela mesa da assembleia.-----
-----Procedeu-se à votação da proposta A que contou com onze votos contra e catorze a favor, tendo sido aprovada por maioria.-----
-----O deputado Fábio Santos fez uma declaração de voto dizendo que mais uma vez as propostas dos outros partidos são rejeitadas, concluindo que será isso que se passará nos próximos quatro anos de mandato.-----
-----O deputado Domingos Andrade referiu que um bom exemplo da recetividade da Assembleia é a composição da mesa da assembleia.-----
-----Ponto dois - Discussão e votação da proposta de revisão do Regimentos da assembleia municipal da Ribeira Brava.-----
-----O presidente da assembleia informou que decorrente da alteração da lei é necessário modificar o regimento, e apesar de uma reunião da mesa com o objetivo de modifica-lo, viu-se que é necessário mais tempo para elaborar o dito regimento.-----
-----Sendo assim a mesa apresentou a proposta de criação de um grupo de trabalho para a reformulação do regimento, composto por cinco elementos (os três membros da mesa, um representante indicado pelo CDS e um indicado pelo PTP).-----
-----Outra proposta chegou à mesa pelo grupo municipal do PSD que proponha que o grupo de trabalho para a reformulação do regimento fosse composto pelos elementos da mesa da assembleia.-----
-----Colocada à votação a proposta feita pela mesa não foi aprovada, registando treze votos contra, onze a favor e uma abstenção.-----
-----Seguidamente foi votada a proposta apresentada pelo PSD que foi aprovada, registando onze votos contra, uma abstenção e treze votos a favor.-----

Silvio Almeida

Crianças membros da assembleia.-----

-----Ponto cinco – Discussão e votação da proposta da terceira revisão ao orçamento do Município da Ribeira Brava.-----

-----Ponto seis – Discussão e votação da proposta da segunda revisão do plano plurianual de investimentos do Município da Ribeira Brava.-----

.-----O Presidente da Assembleia solicitou que a discussão do ponto cinco e seis fossem feitas em conjunto e a votação em separado, visto que os dois pontos estão relacionados.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara expôs que esta revisão deve-se a uma candidatura do antigo executivo, para o caminho agrícola na Fajã das Éguas. Devido a uma alteração a câmara terá que pagar o IVA e cinco por cento do valor total. A obra aguarda visto do Tribunal de Contas, que precisa de saber se a câmara tem fundo para esta obra, logo foi necessária esta alteração ao orçamento para que a câmara possa dar resposta ao Tribunal de Contas e assim avançar a obra.-----

-----O deputado Marco Almas interveio referindo que tendo em conta as palavras do Senhor Presidente da Câmara existe viabilidade orçamental para a execução deste ponto. Então, sendo assim, o executivo camarário transmite que com três vereadores a tempo inteiro a saúde orçamental da câmara está em excelentes condições. Solicitou mais informações sobre o orçamento da câmara, visto que só agora entrou para a assembleia municipal e também pretende saber quantos assessores, secretários e outros novos elementos a câmara irá contratar.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia chamou a atenção que questões funcionais da câmara não estão relacionadas com o ponto em questão e que deve cingir-se somente ao âmbito dos pontos em discussão.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara mencionou que o reforço no orçamento deveu-se ao imposto único de circulação, que no presente ano aumentou. Também explicou que a câmara terá três vereadores a tempo inteiro e um assessor do presidente, alertando que para que haja um bom trabalho não será só uma pessoa a concretiza-lo, mas sim todos em conjunto e que os resultados serão constatados dentro de quatro anos.-----

-----Colocando à votação os pontos cinco e seis, separadamente, os dois foram aprovados por unanimidade.-----

-----Ponto sete – Discussão e votação da proposta da primeira revisão do plano plurianual de investimentos do Município da Ribeira Brava.-----

-----O Senhor Presidente da Autarquia informou que a câmara através da Lei de Meios tem um valor de cento e oitenta e cinco mil euros para consertar o adro da Igreja da Ribeira Brava. Visto que no decorrer deste ano foi realizado um reforço no orçamento neste âmbito, será necessário a aprovação da assembleia municipal para que se possa encaminhar este ponto.-----

-----O deputado Ilídio Almada do CDS-PP, fez um pedido de esclarecimento questionando como é possível gastar cento e oitenta e cinco mil euros no adro da Igreja. Expõe que a câmara tem pedreiros que poderiam realizar essa obra, caso também seja para fazer canalizações a câmara já não têm possibilidade, mas visto ser só o adro não percebe porque é necessário tanto dinheiro.-----

-----O deputado Marco Almas do PTP intervém discordando com o alto valor que será gasto na obra do adro da Igreja. Refere ainda que esta obra deveria ser feita através de concurso público e não através de ajuste direto, para que houvesse mais

transparência.-----

-----O deputado Telmo Freitas do CDS-PP questionou até que valor pode ir um ajuste direto.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Ricardo Nascimento esclareceu que irão três empresas a concurso e que os cento e oitenta e cinco mil euros é o valor que a câmara candidatou-se ao programa. Informou ainda que não sabe até que valor pode ir o ajuste direto, mas que os cento e oitenta e cinco mil euros enquadram-se dentro dos valores permitidos.-----

-----O deputado Marco Almas do PTP interrogou sobre qual os critérios na escolha das empresas que irão candidatar-se à obra em questão.-----

-----O Presidente da Câmara respondeu que o ajuste direto é feito pela plataforma Acingov e que se dará prioridade às empresas do concelho.-----

-----Colocado à votação este ponto foi aprovado por maioria, registando-se nove votos contra, quatro do PSD e cinco do CDS, seis abstenções, duas do PSD, três do PS e uma do PTP e dez votos a favor, dois do PS e oito do PSD.-----

-----O deputado Domingos Andrade do PSD fez uma declaração de voto referindo que votou contra porque deve haver a reposição de prioridades no âmbito da Lei de Meios.-----

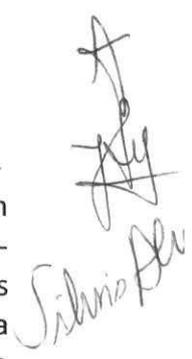
-----O deputado Ilídio Almada do CDS-PP expôs que tendo em conta que a obra não é prioritária é um valor exagerado para o seu arranjo.-----

-----O deputado Fábio Santos do PS explicou que houve divisão na votação dentro dos elementos do PS devido à entrada de novos membros que não estavam no mandato anterior. Refere que é uma obra prioritária e muito importante na vila.-----

-----O deputado e presidente da Assembleia, João Luís Drumond Henriques, que votou contra o ponto número sete, apresentou a sua declaração de voto de vencido: "Em conformidade com o artigo cinquenta e oito da lei número setenta e cinco de dois mil e treze de doze de setembro, MANIFESTO O VOTO DE VENCIDO NA VOTAÇÃO DA PRIMEIRA REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE RIBEIRA BRAVA REALIZADA EM SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA A QUATRO DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E TREZE, PELOS FACTOS ABAIXO INDICADOS:

Por não ter sido reprovada a proposta de primeira revisão do Plano plurianual do Município de Ribeira Brava, contendo a obra de recuperação do adro da igreja da Ribeira Brava e rede de águas pluviais, decorrente da intempérie de vinte de fevereiro de dois mil e dez, a qual ultrapassou deliberadamente outras obras prioritárias no concelho sem que tenha havido lugar à correção e reposicionamento da prioridade conforme ordem apresentada na listagem enviada inicialmente pelo Município de Ribeira Brava, mesmo após os diversos alertas e pedidos de esclarecimento atempadamente sugeridos por mim próprio e por outros munícipes junto do presidente da Câmara Municipal atual e outros membros executivos.

A proposta da primeira revisão do plano plurianual do Município de Ribeira Brava, o qual apresenta a realização da obra de recuperação do adro da igreja da Ribeira Brava e rede de águas pluviais, em primeira prioridade, não correspondendo à ordem de prioridades atribuída na lista apresentada pelo Município para as obras a realizar decorrentes do vinte de fevereiro e a executar no âmbito da Lei de Meios, ultrapassando na prioridade um conjunto de outras obras propostas para o concelho de Ribeira Brava no âmbito desta mesma lei, nomeadamente no Campanário a ponte sobre a ribeira do Campanário ligando os sítios de Pedregal e Longueira onde existe



extrema necessidade e eminente risco de vida, na recuperação de vias e acessos na zona de São Paulo na freguesia de Ribeira Brava e outros acessos e pequenos ribeiros na Serra de Água.

Por não se tratar realmente de uma primeira prioridade de intervenção no concelho de Ribeira Brava no âmbito da lei de meios, pelo facto das razões estéticas e de melhoria funcional da rede pluvial não ultrapassarem as questões de segurança de pessoas e bens que à data ainda se encontram desprotegidas, justificava que, face à preservação dos princípios de justiça e moral, fosse revista a prioridade atribuída à obra do Adro da Igreja, justificando a normalização da prioridade, através da permuta com outras obras que foram consideradas mais prioritárias na listagem inicialmente enviada pelo Município de Ribeira Brava.

Visto não haver impedimento legal nem inviabilização da prevista obra projetada atualmente para dois mil e treze (intervenção no adro da Igreja de Ribeira Brava), tendo em conta que o Governo Regional já havia manifestado a disponibilidade dentro do plafond de da Lei de Meios para dois mil e treze de cerca de cento e oitenta e cinco mil e trezentos e vinte e cinco euros (destinados à obra do adro da Igreja, acrescidos de quarenta mil oitocentos e setenta euros para elaboração do respetivo projeto), valor já aprovado pelo Governo Regional e publicado o contrato no JORAM número cento e trinta e quatro de dezoito de julho de dois mil e treze(?), colhendo também a aprovação pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal na segunda Revisão orçamental, ditando a presente decisão desta Assembleia, o impedimento da substituição, ainda dentro do plafond para dois mil e treze no âmbito da Lei de Meios, por outra(s) obra(s) mais prioritária(s) neste concelho de montante aproximado ao valor aprovado (cerca de cento e oitenta e cinco mil e trezentos e vinte cinco euros).

Seguramente, que quer a Câmara Municipal de Ribeira Brava, quer a Assembleia Municipal de Ribeira Brava, a exemplo do ocorrido com a primeira reunião extraordinária deste mandato, motivada por uma revisão do plano e orçamento, bem como, pela própria revisão que incluía a referida obra de recuperação do adro da igreja de Ribeira Brava, poderia agir com a mesma disponibilidade e prontidão para superar os procedimentos administrativos necessários à concretização dessa alteração de prioridades, na defesa dos superiores interesses do Concelho, dos seus cidadãos, da segurança e proteção dos seus bens, especialmente a dos mais desprotegidos, o que esta votação favorável impossibilitou, levando ao meu voto contra e respetiva declaração de voto de vencido.-----

-----O deputado Domingos Andrade, que votou contra o ponto número sete, apresentou a sua declaração de voto de vencido: "Voto contra o ponto sete da reunião extraordinária do dia quatro de novembro de dois mil e treze, discussão e votação da proposta da primeira revisão do plano plurianual de investimentos do Município da Ribeira Brava, vem no sentido de ser resposta somente a reposição de prioridades no âmbito da Lei de Meios."-----

-----Interpelando a mesa o deputado Marco Martins do CDS-PP, solicitou que todos os documentos chegassem a todos os grupos municipais e que todos os grupos sejam tratados de igual forma.-----

-----O Presidente da Assembleia perguntou quais os documentos que o Sr. deputado não teria recebido.-----

-----O deputado Marco Martins do CDS-PP esclarecendo a interpelação referiu que não recebeu a lei setenta e cinco e o Regimento da Assembleia.-----

-----O Presidente da Assembleia informou que o regimento estava nos documentos deixados nos serviços administrativos para os novos deputados municipais enquanto que a lei em causa não foi enviada para ninguém, porque está publicada nos canais próprios e todos podem aceder à mesma. Referiu ainda que a informação foi enviada para todos por e-mail, salvo aqueles que ainda não informaram sobre o seu e-mail, mas têm a possibilidade de passar na secretaria do Município e levantar essa mesma informação.-----

-----O deputado Marco Martins do CDS-PP em nova interpelação à mesa solicita que a lei setenta e cinco seja disponibilizada em papel para que os deputados possam ter acesso ao teor da mesma.-----

-----O Presidente da Assembleia comunicou que a assembleia só envia documentos que sejam da responsabilidade da mesma.-----

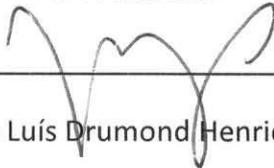
-----O deputado Telmo Freitas do CDS-PP em interpelação à mesa referiu que não recebeu a informação por email.-----

-----O Presidente da Assembleia pediu para que verificassem junto dos serviços administrativos se os e-mails estão corretos, e que quem não tem e-mail que passe para solicitar a informação, que é disponibilizada de igual modo para todos nos três dias que antecedem as sessões da assembleia.-----

-----O Presidente da Assembleia alertou os senhores deputados para que façam chegar a foto e cartão de identidade aos serviços administrativos.-----

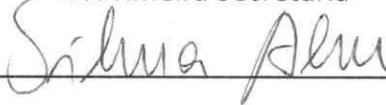
-----Não havendo nada mais a tratar, o senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão pelas dezassete horas e seis minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Sílvia Maria Almada de Abreu, Primeira Secretária da Mesa, a redigi, escrevi e vou assinar conjuntamente com o referido Presidente e o Segundo Secretário depois de aprovada na próxima sessão da Assembleia.-----

O Presidente



(João Luís Drumond Henriques)

A Primeira Secretária



(Sílvia Maria Almada Abreu)

O Segundo Secretário



(João Abreu Gomes)